

Estados terão dívida pública negociada de forma global

CANELA, RS — Os secretários de Fazenda dos quatro estados que têm as maiores dívidas em títulos — São Paulo, Rio, Minas e Rio Grande do Sul — ouviram ontem do secretário da Fazenda Nacional, Luís Fernando Wellisch, que "o governo só aceita negociar a dívida total, em conjunto, seja ela mobiliária, contratual ou externa". A posição, manifestada por Wellisch na reunião extraordinário do Conselho de Política Fazendária (Confaz), em Gramado, contrapõe-se à dos governos estaduais, que defendem tratamento diferenciado para os quatro devedores e discriminação da dívida segundo a natureza do débito.

"No caso de Minas, precisamos apenas negociar a dívida mobiliária, de US\$ 1 bilhão. A dívida por contratos, de US\$ 3 bilhões, está adequada ao nosso perfil de arrecadação", disse o secretário de Fazenda de Minas, Roberto Brant. Ele e o secretário de São Paulo, Frederico Mazzucchelli, defendem a criação de um fundo de liquidez no Banco Central, para redesconto dos títulos públicos dos estados (troca por títulos federais) toda vez que os juros, visando a colocação desses papéis no mercado financeiro regional, fiquem muito elevados.

"É uma proposta interessante", concordou o secretário do Rio Grande do Sul, Orion Cabral, que administra uma dívida mobiliária de Cr\$ 440 bilhões. Em setembro, o Tesouro teve um gasto extra de Cr\$ 3 bilhões, em comparação aos títulos federais, para rolar a dívida. A proposta também agrada ao secretário da Fazenda de São Paulo, com dívida em títulos de US\$ 3 bilhões. A rolagem da dívida custou ao Tesouro paulista, em setembro, o equivalente a 2% do recolhimento do ICMS, que foi de Cr\$ 321 bilhões. Para o secretário Cibilis Vianna, do Rio, a ideia do fundo é boa. Ele observou que enquanto o governo admite conceder prazo de resgate da dívida em 20 anos e juros de 6% com amortização decrescente, o governo do Rio deseja prazo de 25 anos e juros de 5% com utilização da tabela Price para garantir encargos constantes.